

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

PROCESSO CEE N° 0335/89

INTERESSADO : DARIO RUIZ

ASSUNTO . : Recurso contra avaliação final - Jardim Escola "Dele e Dela"-Capital

RELATORA : Cons^a CLEUSA PIRES DE ANDRADE

ARECER CEE N° 938/89

APROVADO EM 06 / 09 / 89

Conselho Pleno

1- HISTÓRICO

A Senhora Maria Cristina Ruiz, mãe do menor Dario Ruiz, dirigiu-se ao Sr. Presidente do Conselho Estadual de Educação, solicitando que fosse analisada a situação de seu filho e reconsiderada a decisão de retê-lo na 3ª série do 1º grau, em 1988, no J.Escola "Dele e Dela", jurisdicionado à 14ª Delegacia de Ensino.

Expôs em seu requerimento que Dario Ruiz, nascido em 26.11.77, portanto, com 11 anos de idade completos, ficou retido na 3ª série do 1º grau em Matemática e Ciências, respectivamente com as médias 4,6 e 4,8.

A criança, segundo a mãe e conforme relatório de psicólogo (fls. 09), não é portador de nenhum problema ou distúrbio grave, que o torne inapto para a aprendizagem. Afirmam, ambos, que se trata de aluno que necessitou de apoio fonoaudiológico, devido a pequena dislexia (trabalho já iniciado em 1986) e que uma análise psicopedagógica, realizada em 1988, indicou ter a criança auto-imagem deteriorada. Em função desses dados, sempre conhecidos pela Escola, os pais solicitaram uma avaliação especial do aluno. No seu entendimento, a idade do filho, 11 anos, em grupo-classe de 3ª série, as notas obtidas na recuperação (7,0 em Matemática e 8,5 em Ciências) são motivos que justificariam sua promoção, para não reforçar na criança um sentimento de impotência, dificuldade, o que prejudicaria mais ainda sua auto-estima. Acredita a mãe que o relatório geral do aluno, nos 3º e 4º bimestres, apontando um crescimento em relação ao 1º semestre, bem como o esforço por ele demonstrado atingindo boas notas na recuperação, deveria ter sido ponderado na avaliação global do aluno; a retenção por alguns décimos deixou a família inconformada, e, mais ainda quando a Escola informou-lhe que não

iria reconsiderar o resultado, negando-se inclusive a lhe mostrar os documentos que solicitou; provas de recuperação, Regimento Interno da Escola e Ata do Conselho de Professores (declaração às fls. 21).

Em 15. 02. 89, conseguiu um extrato do Regimento Escolar (fls. 22) e, de acordo com os termos do Parágrafo único do artigo 54, o aluno estaria aprovado, pois no cálculo final as notas seriam superiores a 5,0 (cinco).

Com esses dados recorreu a 14ª Delegacia de Ensino, que, inicialmente, considerou o protocolado extemporâneo mas que solicitou elementos ao Jardim Escola "Dele e Dela" e procedeu à análise. A Escola, em sua contrargumentação expôs que:

- trata-se de aluno que desde a 1ª série, cursada em 1986, apresentava problemas com relação à atenção, ao ritmo de aprendizagem, interesse; foram constantes os contatos com a família com orientação de encaminhamento a profissionais especializados;

- apesar de assistido, a situação escolar do menor se agravou, e o esforço, ao final do 3º bimestre da 3ª série, não foi suficiente para que pudesse superar a defasagem;

- em reunião, o Conselho de Classe (aos 15/12/88), deliberou que o aluno deveria refazer a série, "em benefício próprio e para que pudesse alcançar resultados adequados a sua potencialidade sanando dificuldades dos anos anteriores (fls. 07 - Apenso)"; "o intuito do Conselho foi propiciar oportunidade ao aluno, de auto-afirmação e condições favoráveis nas etapas posteriores, desejando que o mesmo possa vir a assumir um processo ideal de contínuo desenvolvimento"....

- o aluno foi reprovado nos termos do Parágrafo único do artigo 54, do Regimento Escolar, aprovado pela DRECAP-3, em 24/01/88 e que vigia em 1988; a análise de média final feita pelos pais se baseia nos termos de um adendo regimental, que apresenta alterações no sistema de avaliação, aprovado apenas em 23/08/88 e, portanto, com vigência a partir de 1989.

À vista destes elementos, a 14ª DE acatou a decisão do Conselho de Classe, decidindo pela permanência de Dário Rui, na 3ª

sÉrie e lamentando que o "sistema de pontos obtidos na recuperação (7,0-sete - em Matemática e 8,5- oito e meio - em Ciências) seja um parâmetro não representativo do aluno ao longo do ano".

Embora não abrangido pela Resolução SE 235/87, veio o expediente ao CEE com os elementos determinados por aquela Resolução. As demais autoridades preopinantes, em nível de DRECAP e COGSP, encaminharam os autos a este órgão,  vista do pedido da progenitora.

2. APRECIACÃO

A Lei Federal 5692/71 é o dispositivo legal maior que regulamenta a matéria; seu artigo 14 dispõe que "a verificação do rendimento escolar ficará, na forma regimental, a cargo dos estabelecimentos compreendendo a avaliação de aproveitamento e apuração da assiduidade". O Jardim Escola "Dele e Dela" tinha um Regimento, até 1988, e de acordo com seus termos, explicitados abaixo, o menor Dário Ruiz estava retido, pois obteve, como média final 4,6 em Matemática e 4,8 em Ciências.

"Artigo 54 - A recuperação final será realizada no mês de dezembro podendo prolongar-se pelo mês de janeiro seguinte para os alunos que não tenham alcançado média 5,0 (cinco) em atividades, áreas de estudo ou disciplina, qualquer que seja o seu número.

Parágrafo nico - O número de pontos (nota) obtidas na avaliação da recuperação de que trata o "caput" deste artigo, será adicionado aos pontos conseguidos nos quatro bimestres e a soma será dividida por 5,0 (cinco) obtendo-se a média definitiva após recuperação na atividade, área de estudo ou disciplina."

Em 1988, em publicação no D.O.E. de 23/08/88, foi contudo, aprovado um novo adendo regimental, alterando o capítulo que trata de processo de avaliação e recuperação.

Conquanto passasse a ter vigência apenas neste ano em curso (1989), se o aluno tivesse sido avaliado de acordo com suas determinações, como alega a mãe, estaria promovido.

De fato, o parágrafo único do artigo 54 determina: - "A média final do aluno submetido a estudos de recuperação, será a média aritmética da nota obtida na recuperação e a média anual, sendo considerado promovido, o aluno que alcançar a média igual ou superior 5,0(cinco).

No caso, as notas de Dario Ruiz, ao longo do ano foram:

Disciplina	1ºB	2ºB	3ºB	4ºB	Média	Recuperação
Matemática	5,0	2,5	5,5	3,0	4,0	7,0
Ciências	3,0	2,0	6,0	4,5	3,8	8,5

A média final em Matemática seria, portanto 5,5 e, em Ciências 6,0.

Pelos elementos arrolados, tanto da parte dos genitores como da parte da direção da Escola e autoridades da rede, observa-se, s.m. j., que se trata de aluno que apresenta dificuldades de ordem específica. É criança que necessita de acompanhamento constante e apoio estimulador, a fim de que o processo de auto-depreciação não se acentue, aí sim, causando problemas de ordem psicológica irreversíveis.

Diante desse quadro, o J. Escola "Dele e Dela deverá, s.m.j. ponderar sobre a validade de uma retenção, neste momento da vida da criança. Tudo indica, pelos autos, que receba ela toda a assistência extra, necessária para superar as deficiências de momento: conseguiu na recuperação, com poucas aulas, notas boas (7,0 e 8,5) em Matemática e Ciências, respectivamente. Foi avaliado na escola de destino, para onde se transferiu (EEPG de Vila Comas) e considerado apto a acompanhar a 4ª série.

A Conselheira Guiomar Namó de Mello, em parecer assemelhado nº 890/85, assim se manifesta quanto à interferência deste Colegiado no tratamento pedagógico da aprendizagem: - "... não deve constituir instância de julgamento dos propósitos educacionais de uma escola que, reconhecida e autorizada a funcionar, certamente tem objetivos que cabem no amplo quadro das aspirações educacionais dos diferentes segmentos sociais.... Mas a autonomia escolar não é absoluta. O espírito das leis do ensino condiciona seu exercício ao compromisso com os objetivos e funções sociais da escola e com aquilo que é pedagogicamente passível esperar de cada criança ou jovem nas suas condições concretas de vida material, cultural e psíquica" (grifos nossos).

Sob esse aspecto e levando-se em conta, ainda, a idade de aluno, 11 anos, acreditamos que o Conselho de Classe deveria ter promovido o aluno.

Os genitores, na inicial, entraram com processo judicial, pleiteando a aprovação do interessado, nos termos de Regimento Escolar a vigir a partir de 1989. Foi-lhes denegada a segurança, entendendo, o Poder Judiciário, que não cabia aplicar a 1988, um "critério" que só começou a valer depois, a partir e para 1989.

3. CONCLUSÃO

Autoriza-se a EEPG de Vila Gomes , da 14ª DE , DRECAP-3 a matricular o aluno Dario Ruiz na 4ª série, no ano de 1989.

Deve a Escola promover as necessárias adaptações dos conceitos do 1º semestre, bem como aproveitar a freqüência obtida, pelo aluno, no referido semestre.

São Paulo, 16 de agosto de 1989.

a) Consª CLEUSA PIRES DE ANDRADE

RELATORA

DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Primeiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale" em 06 de setembro de 1989. a) Cons?

A) Francisco Aparecido Cordão

Presidente